

SUMÁRIO

► CONSTITUIÇÃO FEDERAL	13
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CRFB/1988	15
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	18
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	120
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	144
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	204
 ► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.	247
DECRETO-LEI N. 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	249
LEI N. 12.376, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010	252
 ► CÓDIGO CIVIL	253
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL	255
CÓDIGO CIVIL – LEI N. 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	264
 ► CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	423
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	425
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	431
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	438
 ► CÓDIGO PENAL	561
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	563
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL	565
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL	567
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL	575
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI N. 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	586
 ► CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	647
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	649
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	652
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	653
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI N. 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	659

► CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	747
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	749
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI N. 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	750
 ► CÓDIGO ELEITORAL	 771
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	773
CÓDIGO ELEITORAL – LEI N. 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	775
 ► CÓDIGO FLORESTAL	 819
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	821
CÓDIGO FLORESTAL – LEI N. 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	822
 ► ESTATUTOS.	 843
ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	845
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI N. 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994	851
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	868
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015	892
ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	901
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	913
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	955
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	964
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	972
ESTATUTO DA PESSOA COM CÂNCER – LEI Nº 14.238, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021	988
 ► LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL	 991
▷ LEIS COMPLEMENTARES	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	993
Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	999
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	1016
Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013	1020
Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015	1021
Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.	

▷ LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	1022
Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.	1023
Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	1031
Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965.	1032
Regula a ação popular.	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	1035
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	1042
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	1044
Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989.	1046
Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	1047
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	1050
Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.	1054
Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991	1083
Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991	1106
Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.	1134
Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências	
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.	1144
Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	1171
Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995	1179
Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	1192
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1201
Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	1202
Estabelece normas para as eleições.	

LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	1230
Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998	1232
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1242
Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.	
LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	1243
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	1245
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1252
Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	1256
Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000	1258
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1267
Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1268
Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1272
Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1279
Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	1281
Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	1282
Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.	
LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014	1286
Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH; revoga as Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971; e dá outras providências.	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1288
Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1290
Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.	
LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016	1291
Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	1292
Institui a Lei de Migração.	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1306
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1320
Lei de Licitações e Contratos Administrativos	
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	1365
Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.	
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022	1366
Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.	
LEI Nº 14.583, DE 16 DE MAIO DE 2023	1371
Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos.	
▷ DECRETO LEGISLATIVO	
DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2021	1371
Aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 5 de junho de 2013.	
▷ DECRETOS	
DECRETO 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992.	1375
Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.	
DECRETO Nº 3.927, DE 19 DE SETEMBRO DE 2001	1387
Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000.	
DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009	1395
Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.	
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012	1409
Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	
DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018	1421
Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	
DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018	1421
Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.	
▷ DECRETOS-LEI	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1427
Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	1432
Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.	
▷ PROVIMENTO	
PROVIMENTO Nº 205/2021	1434
Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.	

► **REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES 1439**

 REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 1441

 REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1479

► **SÚMULAS 1527**

 ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – ENUNCIADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STF – STJ – TSE) 1529

 SÚMULAS VINCULANTES 1545

 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 1548

 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1570

 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL 1594

► **ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO GERAL 1597**